

## TEMPOS DO HOMEM E DA NATUREZA

*Alberto Pimenta*

Convinha-me ter a técnica dos euríclidas, para poder falar do HOMEM e da NATUREZA com duas vozes simultâneas. Euricles, o famoso ventríloquo da antiga Atenas, dizia-se que trazia no ventre o seu *daimon*, cuja voz profetizava. Eu dispensava esse aspecto mântico da questão, porque entendo que o futuro decorre da interpretação que o presente faz do passado, e veja-se, p. ex., a lição de Édipo. Mas era adequado falar do homem e da natureza com duas vozes simultâneas. Falar do homem pela garganta (ou com a garganta) e da natureza pelo ventre (ou com o ventre), lugar onde segundo algumas doutrinas orientais se aloja a segunda alma, ou alma natural: a que liga o homem à Terra. Circunvoluções cerebrais, circunvoluções viscerais: labirintos.

Mas o que acontece é que eu nem sequer sei sair destoutro labirinto: hei-de considerar a capacidade dos euríclidas como coisa natural, ou então cultural, ou simplesmente como uma técnica? São grandes dúvidas acerca de coisas pequenas! Se calhar, quem sabe, as certezas só interessam quando dizem respeito a coisas complicadas: distância das galáxias, forças que originaram e estruturaram o universo, causas da morte (que obrigatoriamente figuram na certidão de óbito, e que afinal certas-certas talvez só sejam no caso dos executados por virtude de sentença de morte, decorrente essa, claro, obviamente, duma certeza).

Notável é que continuem a conhecer-se e a distinguir-se os espaços e os tempos com a crueza com que se nos apresentam à percepção natural, isto depois de todas as macro e microinformações sobre o universo, tidas afinal não tanto ou nem sempre ainda como informações, antes como deformações. “Se se reduzisse a vida dum homem a um instante, então o recém-nascido, o homem feito e o moribundo seriam simultâneos!”, diz-se. Pois é, “se”..., mas como “ne”, o homem continua a sua vidinha dentro do seu tempo e do seu espaço, sendo por isso (e não só) que o poeta Louis Scutenaire diz:

“*Vivre avec son temps c’est mourir avec lui*”<sup>1</sup>, proposição rica de sentidos implicados (e implicáveis), a partir duma predicação verdadeira em qualquer deles, pois o tempo do sujeito nasce e morre com ele, ou nele. Mas morrer com o seu tempo é coisa que ninguém quer, ou quereria. E deste modo surgem as maneiras de o tentar evitar, fundadoras quase todas do que se chama cultura e técnica, como p. ex. a de Heróstrato, que incendiou o templo de Diana em Éfeso: nós dizemos isto, compomos de facto as sílabas do seu nome na nossa língua, como quem fala dum pássaro exótico que nunca viu, p. ex., aquele do Amazonas que canta uma única vez no ano e toda a floresta entra em silêncio para o ouvir, e assim chegou até nós o incêndio do *Artemision*, não acabou, não se apagou no seu tempo.

Há também maneiras mais indirectas mas também mais frequentes de o tentar fazer, quase sempre através da acumulação de riqueza, uma espécie de seguro de vida. Assim, p. ex., o cidadão norte-americano Charles Gavett que, para receber 250.000 dólares duma dessas sólidas instituições, declarou falsamente, isto é, falsificou, a morte da esposa no acidente ocorrido a 11 de Setembro no *World Trade Center*<sup>2</sup>; falsificou a morte para melhorar, se não o tempo, pelo menos o espaço de vida, só que, ao contrário de Heróstrato, a tentativa falhou. Heróstrato destruiu mesmo, não falsificou.

A morte com o seu tempo, se a quisermos entender figuradamente, ocorre actualmente para alguns de 4 em 4, ou de 5 em 5 anos, conforme os sistemas eleitorais vigentes: é uma questão cultural. Assim, quando há poucas semanas, numa segunda-feira, Fernando Checa chegou ao seu lugar de trabalho (Checa é historiador de arte e é (era) Director do Museu do Prado), encontrou no *seu* gabinete não a *sua* mesa de trabalho, que havia sido retirada no fim de semana, mas a mesa de trabalho do recente Presidente do Museu, mais o dito Presidente a ela sentado, Don Eduardo Serra, ex-ministro da Defesa do actual governo espanhol. Don Eduardo estava numa espécie de ex-tempo de ex-ministro. Tudo trivial, excepto o estilo, que é de facto ibérico.

Porque o homem só conhece relações de domínio, e de aceitação ou não-aceitação desse domínio. Não conhece outras. Eu pelo menos não conheço que conheça outras. E por isso fala do *seu* tempo, exprimindo desse modo uma relação de domínio, ou de aceitação. Sabemos que isso é fictício: o tempo, quando parece que está à mão pronto para ser colhido (Ernst Bloch, o crítico da utopia, fala dos ‘agoras’ tão difíceis de colher<sup>3</sup>), já lá não está, e simultaneamente ainda lá está, mas já não é o mesmo. Se o sujeito se entrega, deixa-se ir com ele; se quer apoderar-se dele, deixa-o ir porque não tem outro remédio: assim acontece o que Scutenaire formula na sua proposição.

---

<sup>1</sup> L. SCUTENAIRE, *Ab hoc et ab hac*, Bassac 1986, p. 38.

<sup>2</sup> in “*Süddeutsche Zeitung*”, Munique, 30.11.2001, p. 14.

<sup>3</sup> E. BLOCH, *Das Prinzip Hoffnung*, Frankfurt a.M. 1985, I, p. 205.



Acaba por morrer com ele, que é a tal coisa que ninguém quer, ou quereria.

Então, o homem fala do *seu* tempo, da *sua* mesa, do *seu* gabinete, sem perceber que está a falar da *sua* morte. Fala do *seu* tempo, mas curiosamente não fala nunca da *sua* natureza. E não é por razões linguísticas, para evitar eventuais ambiguidades de sentido, ou seja, para evitar que ‘natureza’ pudesse no transporte adquirir o sentido de ‘ser’ ou ‘essência’, nem também por se considerar a si mesmo parte da natureza (se alguma vez o foi, deixou de o ser há muito).

O homem não fala da *sua* natureza, porque não pode relacionar-se com ela de igual para igual (como afinal faz com o tempo, mas este não se manifesta materialmente). O homem sabe que a natureza é eterna e imutável em relação a si mesmo, aparentada com os deuses, com forças primordiais, e portanto longe, muito longe de si, ainda que manifestando-se muito perto. A solução é encaixá-la em eternidades criadas pelas culturas, que nem é para outra coisa que elas existem.

Na *Ode Marítima*, p. ex., a referência ao “velho mar sempre o homérico, ó Ulisses!”<sup>4</sup>. A apóstrofe confere-lhe a tal dimensão cultural: não é exactamente o mar que é sempre o mesmo, o que ele é sempre é homérico, ou seja, aquele de quem alguém, chamado Homero, se apossou pelo discurso de um tal Ulisses, ou vice-versa: e eis como ambos lograram não morrer com o seu tempo, e continuaram vivos ante este velho mar. Fácil no caso de Ulisses, que não teve nascimento dum ventre do tempo. Mito, isto é: criação duma cultura dum tempo comum ao homem e à natureza, um tempo de sempre, dos dois.

Mas independentemente da capa mítico-cultural, de o mar ser este homérico, ou ser então o outro, salgado, cheio das lágrimas de Portugal, ou de ser ainda aquele que não bastaria para apagar as nódoas de sangue das mãos de Lady Macbeth, em todos os casos, ele, tal como o deserto, como o céu, dá-se ao longo dos tempos sempre como a mesma manifestação, apenas com as oscilações de aparência resultantes do modo de dizer do homem que se espelha nele.

A natureza morre só aparentemente, e a sua duração é tão superior à do homem e à das coisas criadas por ele (refiro-me às coisas técnicas, coisas da sua *techné*), que não se sabe quando será (ou até se alguma vez será, e como) o seu tempo de morrer; ela passa como um testemunho vivo de geração em geração, como a única referência certa que o homem tem fora de si e, por isso, ao ler Homero (ou qualquer outro fundador), as coisas da natureza dão-se como coisas já experimentadas, enquanto os conceitos do homem carecem de interpretação. Aí mesmo, de resto, reside a grande razão que o homem inventou para si: a interpretação e re-interpretação de si mesmo e das

---

<sup>4</sup> F. PESSOA, *Poesias de Álvaro de Campos*, Lisboa 1951, p. 196.

suas coisas e conceitos, os quais tiveram o tal *seu* tempo, que deixou vestígios, mas foi afinal só *seu* (dele, do homem que o viveu ou concebeu). Assim, só o mito persiste como lembrança e também como presença, e dá um enorme conforto saber que Ulisses, que todos conhecemos com alguma intimidade, se detinha também a olhar para o mar, que talvez não fosse exactamente “violeta”, Homero é que dizia assim (supomos nós), e isso já é outra questão, situada na orla do próprio mito.

Tudo leva a crer que é aí, no mito e seus derivados, narrativas sem tempo cronometrado, feitas sempre com o fim de tentar e tornar a tentar um acordo entre o tempo do homem e o da natureza, entre o tempo ideológico e o metafísico, entre o que morre e o que é eterno, é aí que eles se encontram e por vezes se fundem e se eternizam. O mito é o presente eterno do homem, nem exactamente à sua medida, nem à medida da natureza, mas a outra, que compensa os maus tratos de parte a parte. Mas pesem esses maus tratos, por um lado continentes submergidos, espécies extintas, por outro espécies que emergem e continentes tingidos de sangue, a natureza continua a gozar do estatuto de mãe: mãe-natureza. Mãe, ou seja, aquela que pode tudo, porque no princípio também pôde.

De resto, a natureza suporta bem transformações e recombinações fruto da técnica humana, que, sejam quais forem, não se afastam nada do seu próprio princípio interno. Um átomo de carbono, diz Aleister Crowley, pode passar “pela experiência do giz, do clorofórmio, do açúcar, da seiva, do cérebro, do sangue, sem deixar de ser o mesmo ao longo das suas aventuras, só, digamos, com maior experiência, caso seja dotado de memória”<sup>5</sup>. De modo que a aura de imutabilidade da natureza encobre mudanças, e é dessas mudanças internas que lhe advém a vida. Se elas não existissem, se na natureza não existisse uma energia autosuficiente e sempre em movimento, sempre a motivar o evento, estaríamos perante um inerte, como é o caso das construções técnicas que deixaram de ter uso. Se deixaram de ter uso morreram, morreu a sua única razão de ser, o seu *telos*, a sua utilidade. Na melhor das hipóteses têm lugar num museu. Até a técnica da memória chamada escrita, ou imagem, vai parar aos respectivos museus, e os jovens têm mais razão em querer expulsar os velhos que vice-versa (como acontece na guerra), para disporem do pouco tempo que é seu antes de morrer, que é pouco, mas afinal é tudo. Viver à farta com o seu tempo para morrer com ele, e farto dele.

---

<sup>5</sup> A. CROWLEY, *The Law is for All*, Austin 1996, p. 25.



É isso que eternamente provoca a noção de futilidade da vida humana, donde um leve enjoo, uma sensação de absurdo, exposto à grande pelos cínicos, tematizado em verso, portanto suavemente, por Petrarca, posto em prosa filosófica e dura por E.M.Cioran: um *episódio*, no sentido que o termo tinha na tragédia grega, ela mesma um modo de tentar contornar isto tudo. John Allen Paulos reúne Lewis Carroll e Wittgenstein, Bertrand Russell e Groucho Marx sob a égide de Descartes, da lógica e da verdade<sup>6</sup>. Talvez os quatro em conjunto chegassem à conclusão de que a contagem do tempo foi o grande achado: em sentido aritmético e, depois, histórico, porque a história (a dita não mítica) não passa da narração submetida à aritmética. Uma progressão, um progresso, ou seja, um sentido! Graças a Deus!

Século XVI, século XVII, século XVIII, tudo tão arrumadinho, tão certinho, os séculos até parecem padrões, quando de facto não passam duma maneira de contar, ou seja, de dizer. Nada mais fútil que explicar uma vida, uma obra, um modo de vida em função dum século. Há na progressão dos números uma fatalidade, uma autêntica predestinação, que faz desta ciência sem dúvida a ciência de Deus. É infalível, a présciência está lá desde o primeiro momento feita número. Não há saída, nem há contorno, nem volta a dar; refiro-me naturalmente aos números inteiros, não aos transcendentais nem aos imaginários, que são a retórica da aritmética.

E estar neste caminho pré-determinado, no episódio do *seu* tempo, talvez já farto dele mas sem poder ou querer saltar em andamento... só resta esperar pelas viragens exactas, séculos, milénios, com a sua enganosa promessa de mudança de cena. Mas de costume nada acontece! A menos que aceitemos a tese de Heribert Illig que, mobilizando todas as disciplinas possíveis e repegando nalguns fios já deixados por outros historiadores (inclusive o francês Jean Hardouin no séc. XVIII), propõe que Carlos Magno é uma figura mítica, uma invenção dos cronistas do séc. XI, e que os próprios 3 séculos que antecederam o fim do primeiro milénio da nossa contagem não existiram, são uma falsificação<sup>7</sup>. Illig parte da perplexidade que lhe causa, e que a todos causa, o desacerto do acerto do calendário gregoriano em 1582; como o calendário juliano se atrasava um dia em 133 anos, e como no acerto, de resto tão bem calculado, faltam cerca de 3 dias... são mais de 300 anos.

E para quê esta falsificação de Otão III? Para ser ele o Imperador do Milénio, para não morrer com o seu tempo? Heróstrato trabalhou melhor, mas mais à superfície. Esta falsificação, a existir, vai muito fundo na relação do homem consigo mesmo. É o que se pode chamar um “momento arquimédico”. Isto, claro, porque foi o sábio Arquimedes que, entre outros feitos

---

<sup>6</sup> J.A. PAULOS, *Penso, logo rio*, Lisboa 1992.

<sup>7</sup> H. ILLIG, *Das erfundene Mittelalter*, Düsseldorf 1997.



notáveis, manifestou o desejo e a capacidade – que ficaram registados – de fazer sair o mundo dos eixos, desde que lhe fornecessem a técnica adequada.

Pois a natureza por si não sai dos eixos (de quais, de resto?), sai-o da perspectiva do homem quando este lhe acrescenta o seu próprio tempo e as suas próprias medidas e interesses. Momentos realmente arquimédicos só eventos de grande alcance (quase sempre catastróficos) provocados pelo homem. Trata-se, como sempre, de acelerar o tempo e, contraditoriamente, adiar ou atrasar a morte. Arrancá-la ao seu próprio tempo. Morrer acima das suas possibilidades. O lema é sempre: “Nada ficará como dantes!” Mas fica, e quem boceja é a natureza, às vezes com um bocadinho de fumo à mistura.

Referindo-se sumariamente à história da guerra bacteriológica, o Director do Instituto de História da Medicina da Universidade de Heidelberg diz: “O mais tardar em 1347, quando os sitiados catapultaram por cima das muralhas de Caffa, no Mar Negro, os cadáveres das vítimas da peste do seu próprio exército, para assim transmitirem a ‘peste negra’ aos habitantes da cidade, a humanidade apercebeu-se da exequibilidade técnica do processo. A cidade extinguiu-se, e os raros genoveses que conseguiram fugir por mar espalharam em poucas semanas a peste na Europa, aonde até 1352, ela provocou provavelmente mais de 20 milhões de vítimas”<sup>8</sup>.

Vinte milhões em 5 anos, no século XIV, não é mau! “Depois de Auschwitz não há poesia possível” é o conhecido *dictum* de Adorno, que por certo pensava que não seria possível poesia da mesma maneira: mas foi. Os verdadeiros momentos arquimédicos são raros: nem Hiroshima, nem o Muro de Berlim e a sua queda, e muito menos a guilhotina. O tempo parece estar sempre certo, e a natureza a ganhar.

O autêntico ponto arquimédico da humanidade ocidental e recente deu-se, julgo eu, com Copérnico. Copérnico realizou o sonho de Arquimedes, sem alavanca. Catapultou o homem do centro em que ele estava aconchegado, ele e a natureza com ele, feita para ele, posta ali para ele. Hans Blumenberg demonstra que até as consequências disso não passaram duma metáfora cultural<sup>9</sup>. No entanto, talvez então possa começar a ser detectada uma viragem na relação do homem com a natureza. Já que não estamos nós no centro com ela, vamos apossar-nos dela, readquirindo assim um sucedâneo de centro...

Talvez, é só uma ideia, uma coisa de nada, portanto. A verdade é que a partir do chamado Maneirismo se pode notar um vago tom sarcástico, e não respeitoso, como até então, em relação à natureza. Em *Macbeth*, o bosque a mover-se não é o *topos* do mundo às avessas, mas antes este mundo forçado a pôr-se à feição do homem. E talvez não seja por acaso que a *natureza-morta* é um género que se data aproximadamente do século XVI.

---

<sup>8</sup> in “Süddeutsche Zeitung”, Munique, 22.10.2001, p. 15.

<sup>9</sup> H. BLUMENBERG, *Die kopernikanische Wende*, Frankfurt a.M. 1965.

Um filósofo do século XVIII diz: “Respeito é devido sempre a pessoas, nunca a coisas”<sup>10</sup>. A mim, que é certo não sou filósofo, nunca um fenómeno da natureza (e é à natureza que o dito filósofo se refere quando fala de “coisas”), nunca um fenómeno da natureza, conhecido ou desconhecido, próximo ou distante, deixou de me inspirar, pelo misterioso da sua energia e do seu ser: exactamente respeito.

Mais, só os mitos, esses lugares onde a natureza e o homem uma vez se encontraram, se entenderam e acabaram por fundir-se, sem que nada os pudesse dissolver, ou anular, ou fazer morrer com o seu tempo.

Claro que me confunde quem espera para a conjuntura de átomos que é a sua pessoa o que só poderia esperar para o mito a que os arrastasse e em que os levasse a participar. De resto, é claro: “Viver com o seu tempo é morrer com ele”. Só falta mesmo consigná-lo nos Direitos do Homem.

---

<sup>10</sup> I. KANT, *Kritik der praktischen Vernunft*, Frankfurt a.M. 1974, 1º, II, 3, p. 197.